



Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Projeto da Pesquisa de Auto-Avaliação
Universidade do Estado do Rio de Janeiro
CPA/UERJ

Rio de Janeiro
2014

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Reitor

Ricardo Vieiralves de Castro

Vice-reitor

Paulo Roberto Volpato Dias

Sub-reitora de Graduação

Lená Medeiros de Menezes

Sub-reitora de Pós-Graduação e Pesquisa

Monica da Costa Pereira Lavalle Heilbron

Sub-reitora de Extensão e Cultura

Regina Lúcia Monteiro Henriques

Diretora do Centro Biomédico

Mario Sérgio Alves Carneiro

Diretora do Centro de Educação e Humanidades

Glauber Almeida de Lemos

Diretora do Centro de Ciências Sociais

Léo da Rocha Ferreira

Diretor do Centro de Tecnologia e Ciências

Maria Georgina Muniz Washington

Introdução

Legados de Processos Anteriores de Avaliação Institucional na UERJ

Diversas foram as fontes mas, sem dúvida, legados de experiências internas e externas à Instituição constituíram matéria prima para a reflexão dos responsáveis pelo projeto de auto-avaliação da UERJ. Importam, aqui, as experiências vivenciadas pela própria Instituição, consideradas um aprendizado acumulado e que contribui para pensar sobre os desafios atuais. Ao estudar essas experiências, ouvir relatos de professores da UERJ que se envolveram mais diretamente nas suas elaboração e implementação, procuramos identificar as principais dificuldades e limitações interpostas na sua viabilização, com o objetivo de, ao aprendermos com a experiência, respondermos, adequadamente, as atuais demandas quanto à avaliação institucional.

Para efeito das reflexões compreendidas como necessárias, foram priorizadas as experiências desenvolvidas a partir de 1988 - Da UERJ que temos para a UERJ que queremos - e meados da década de 90, através do Programa de Avaliação das Universidades Brasileiras, PAIUB. Essas experiências contribuíram para reforçar o atendimento quanto à necessidade de se desenvolver um programa de avaliação que tivesse caráter permanente e que permitisse, à Universidade, incorporar a avaliação em suas atividades de gestão acadêmica, como instrumento que instruisse a crescente melhoria qualitativa de seus processos e dos resultados alcançados.

A Avaliação Externa, realizada de janeiro a junho de 1997, representou um momento de abertura da Universidade às críticas da comunidade na qual está inserida uma atitude de diálogo e de disponibilidade para repensar a própria prática, com vistas à implementação de mudanças compreendidas como necessárias.

A partir do legado e das reflexões elaboradas e tendo em vista que a avaliação pode ser fonte geradora de prioridades que, por sua vez, informam decisões políticas da Instituição, a Reitoria decidiu participar, voluntariamente, do SINAES. Admite-se que os princípios que regem a Avaliação Institucional devem se fundamentar na liberdade, na participação na democracia. Além disso, a Avaliação Institucional deve possuir um conteúdo pedagógico, no sentido de que o fazer da avaliação possa levar à reflexão a respeito de seu próprio engajamento no trabalho com conhecimento das metodologias que adotam, dos princípios a

partir dos quais orientam sua ação educativa, bem como dos resultados de seus esforços, de seus anseios e de perspectivas. Dessa forma, a UERJ, ao instituir o processo de avaliação institucional, consolida sua decisão política de desenvolver um projeto educativo consistente e democrático.

A referência de qualidade que a UERJ adota encontra-se na auto-reflexão da Instituição aqui compreendida como o conjunto de atores que a realizam no cotidiano como instituição incumbida da formação de pessoas, de suas normas e estruturas organizativas - acerca dos objetivos institucionais. Esses objetivos devem constituir idéias-força geradoras de ações concretas, tendo em vista o trabalho com o conhecimento, no sentido de permitir o cumprimento adequado de seu papel social na promoção do saber e da cultura, aí considerada a responsabilidade política das instituições educacionais. Assim, a avaliação deve articular os desafios contemporâneos apresentados à ciência, tanto no campo do conhecimento propriamente dito, quanto no campo da ética, das demandas da sociedade e do mercado e da vocação humanista da própria Instituição.

Para a condução do processo avaliativo, a Comissão Própria de Avaliação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (CPA/UERJ) está estabelecida na estrutura do Núcleo de Informação e Estudos de Conjuntura (NIESC-VR), pela afinidade com o trabalho desenvolvido neste setor. A CPA será constituída por 12 (doze) titulares e 12 (doze) suplentes, representantes dos segmentos da comunidade acadêmica: docentes, discentes, servidores técnico-administrativos e comunidade externa que, reunidos em plenário, coordenam e acompanham o processo de Avaliação Institucional desta Universidade.

1. O Processo de Elaboração da Auto-Avaliação Institucional

1.1 Constituição da Comissão Própria de Avaliação (CPA/UERJ)

Os membros da CPA/UERJ serão escolhidos nas diferentes instâncias, cuja representação está prevista no Regulamento da Comissão e serão nomeados pela Portaria da REITORIA. A representatividade de cada segmento na CPA/UERJ procura contemplar integrantes envolvidos nas áreas de administração, ensino, pesquisa e extensão desta Instituição de Ensino Superior, considerando as experiências anteriores em processos de avaliação e seu engajamento nas questões universitárias.

A CPA/UERJ foi estabelecida na estrutura do Núcleo de Informação e Estudos de Conjuntura (NIESC-VR) pela afinidade entre o trabalho desenvolvido neste setor, no qual são levantados, analisados e tabulados os dados referentes às informações institucionais de toda a comunidade acadêmica. São cadastrados e disponibilizados dados sobre aspectos acadêmicos, financeiros, físicos, administrativos e de recursos humanos, além do preenchimento do Censo da Educação Superior, no âmbito da UERJ.

A CPA/UERJ é instituída a partir das Diretrizes para Avaliação das Instituições de Educação Superior, fixadas pela Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior – CONAES¹, considerando:

1. O princípio de cooperação entre os sistemas, previsto no Art. 211 da Constituição Federal, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 e a incumbência da União, descrita no Artigo 9º, inciso VIII, da referida lei, de “assegurar o processo nacional de avaliação das instituições de educação superior, com a cooperação dos sistemas que tiverem responsabilidade sobre este nível de ensino”.

2. A Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, complementada pela Portaria MEC nº 2.051, de 09 de julho de 2004, que institui e regulamenta os procedimentos do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) e o funcionamento da Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (CONAES).

3. A atribuição do Ministério da Educação de, através do SINAES, conduzir o processo de avaliação das Instituições de Educação Superior (IES) no País, dos cursos de graduação e do desempenho acadêmico dos seus estudantes.

¹ MEC/INEP - CONAES, Diretrizes para a Avaliação da Educação Superior, 2004.

4. O prazo expresso de 60 (sessenta) dias a contar da publicação da Lei nº 10.861/2004, ocorrida em 15 de abril de 2004, para que cada IES constituísse a sua Comissão Própria de Avaliação (CPA), cumprindo o disposto no inciso I, do artigo 11, da referida Lei.

5. A composição das CPAs, prevista nas legislações citadas, que determinam a necessária participação de todos os segmentos da comunidade acadêmica (docente, discente e técnico-administrativo) e de representantes da sociedade civil organizada, bem como a ampla divulgação da composição da CPA e de todas as suas atividades.

6. A constituição da CPA/UERJ, com base no artigo 7º da Portaria MEC nº 2.051, com a finalidade de conduzir os processos internos de avaliação, de sistematização e de prestação das informações solicitadas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), no âmbito desta Universidade.

Diz a Lei Nº 10.861, em seu artigo 3º, que a avaliação deverá contemplar diferentes dimensões institucionais, dentre as quais figuram, obrigatoriamente, as seguintes: a política para o ensino, para a pesquisa, para a pós-graduação, para a extensão e para as respectivas formas de operacionalização, incluindo os procedimentos para estímulo à produção acadêmica, às bolsas de pesquisa, às de monitoria e às demais modalidades; a responsabilidade social da instituição; a comunicação com a sociedade; as políticas de pessoal e as carreiras dos corpos docente e técnico-administrativo; a organização e a gestão da instituição, especialmente, o funcionamento e representatividade dos colegiados, sua independência e autonomia na relação com a mantenedora e a participação dos segmentos da comunidade universitária nos processos decisórios; infra-estrutura física; planejamento e avaliação.

Fica evidente, assim, que o esforço de pensar sobre a avaliação interna da nossa Instituição converge, de forma significativa, para os princípios que vêm se pensando, nacionalmente, o que garante para a UERJ um lugar na dianteira, em seriedade e excelência acadêmicas.

1.2. Construção dos princípios da CPA/UERJ

A participação da comunidade acadêmica torna imprescindível à observância, do conceito de *accountability*. Esse conceito, adotado por cientistas políticos, sugere um sistema de mútua responsabilidade, de transparência, de condições igualitárias de inserção, e de iguais liberdades de opinião e de expressão. Sua realização concreta supõe alocação adequada de recursos humanos e materiais e de poder, para o cumprimento das responsabilidades específicas de cada ator envolvido, bem como a participação democrática nos processos

decisórios. Daí o caráter, eminentemente, político da avaliação, cujo objetivo central é produzir um processo de auto-reflexão e de autoconhecimento, tendo em vista a produção de prioridades para adequações e correções necessárias.

Consideramos, inicialmente, a insistência com a qual as diretrizes curriculares apontam para a necessidade de as propostas pedagógicas para o ensino de graduação serem feitas em torno da idéia de educação, orientada para o desenvolvimento de competências e centrada em problemas. Consideramos que o caráter inovador dessas diretrizes manifesta-se, dentre outros fatores, na prerrogativa da inserção de atividades de extensão e de pesquisa no ensino de graduação. Quanto à inserção da pesquisa, esta tem sido denominada de práticas investigativas, aspecto pedagógico do trabalho com o conhecimento de que a Instituição, através da Sub-reitoria de Graduação em parceria com a Sub-reitoria de Pós-graduação e Pesquisa e com a Sub-reitoria de Extensão e Cultura, tem adotado como dimensão importante da política do ensino de graduação.

No que se refere à relação professor-aluno, as questões propostas apontam para a necessidade de discutir maneiras de romper com algumas formas de entender o conhecimento e de criar mecanismos que permitam a alunos e professores tornarem-se agentes principais desse trabalho, para que se garanta indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

A partir daí, entendemos Projeto Pedagógico como instrumento balizador para o fazer pedagógico, concebido, coletivamente, orientado para um curso de graduação cujos pressupostos teóricos e metodológicos realcem tanto a formação técnico-científica quanto a formação político-humanista. Nessa perspectiva, o Projeto Pedagógico é entendido como o documento definidor dos princípios orientadores que expressam o sentido do processo de formação de profissionais de nível superior agregando-o na intencionalidade e dirigindo-o as ações e com processos. Ele consiste numa proposta de formação profissional caracterizada como um conjunto de ações e estratégias que expressa as diretrizes políticas, pedagógicas e técnicas de um curso de graduação.

2. Objetivo

Implantar um processo de Avaliação Institucional desenvolvido, coletivamente, e consolidá-lo como uma sistemática contínua que subsidie a gestão acadêmica e que venha a contribuir para a promoção da qualidade do desempenho da universidade.

3. Metodologia

A partir do legado deixado pelas avaliações institucionais anteriores (internas e externas) e das reflexões elaboradas e tendo em vista que a avaliação pode ser fonte geradora de prioridades que, por sua vez, informam decisões políticas da Instituição, admitimos que os princípios que o regem devem se fundamentar na liberdade, na participação e na democracia.

Desse modo, a referência de qualidade que a CPA adota, encontra-se na auto-reflexão da Instituição compreendida como o conjunto de atores que a realiza no cotidiano como instituição incumbida da formação de pessoas, de suas normas e de suas estruturas organizativas acerca dos objetivos institucionais. Esses objetivos devem constituir idéias, forças geradoras de ações concretas, tendo em vista o trabalho com o conhecimento, no sentido de permitir o cumprimento adequado de seu papel social na promoção do saber e da cultura, considerada a responsabilidade política das instituições educacionais. Assim, a avaliação deve articular os desafios contemporâneos apresentados à ciência, tanto no campo do conhecimento propriamente dito, quanto no da ética, não das demandas da sociedade e não do mercado bem como no da vocação humanista da própria Instituição.

Pretendemos explicitar o desenvolvimento de uma metodologia de avaliação que torna a participação como aspecto central, numa tentativa de estabelecer, ao mesmo tempo, procedimentos de mensuração de aspectos considerados relevantes do trabalho como o conhecimento realizado, através do ensino de graduação e procedimentos de auto-reflexão dos agentes em torno dessa atividade. Essa confluência de procedimentos deve-se ao fato de que a CPA tenciona provocar nos atores que fazem da UERJ uma instituição educativa, um processo de auto-reflexão sobre a maneira como a Universidade pensa em si mesma.

Ao sistematizar essa experiência, essa reflexão pretende explicitar aspectos importantes da construção desse processo, na expectativa de que o debate a ser estabelecido com a comunidade acadêmica possa contribuir, tanto para o aprimoramento do trabalho quanto para o conhecimento, e para adequações no próprio processo de auto-avaliação.

Na perspectiva de uma filosofia de avaliação, a CPA/UERJ alinha-se com o pensamento contemporâneo do conhecer para promover sua melhoria, na medida em que se afasta da visão epistemológica convencional que pressupõe ilhamentos por área do saber, ou mesmo por pensamentos mais ou menos monolíticos dentro de uma área de conhecimento, para se aproximar de uma visão global das instituições. Dessa forma, os retratos dos diversos Centros Setoriais em momentos diferentes da Instituição compõem o painel de tendências que pode revelar novos rumos a tomar.

O modelo de Auto-Avaliação Institucional adotado pela UERJ considera fundamental o paradigma da avaliação democrática que, conforme MAC DONALD (1974)² e ELLIOT (1990)³, enfatiza a relevância da informação e da utilidade dos resultados gerados para os sujeitos efetivamente interessados nos programas avaliados, os quais serão por ela afetados. Para garantir a relevância das informações nesse enfoque, damos poder aos diferentes grupos participantes para decidir as informações coletadas. Sendo assim, o desenvolvimento da Auto-Avaliação na UERJ nas diferentes unidades acadêmicas será conduzido, de forma descentralizada, pelas respectivas subcomissões de avaliação, criadas conforme características das unidades.

Na medida em que os sujeitos estão envolvidos no processo avaliativo, estimulamos participação de todos diante do que está sendo avaliado. Desse modo, cresce a relevância do processo de avaliação cujos resultados, além de contribuir para a tomada de decisões no sentido de melhorar a qualidade do desempenho da instituição, assume um caráter sócio-político, através da influência que exerce o processo participativo no desenvolvimento da auto-determinação e do interesse emancipatório dos indivíduos.

No âmbito dos Centros Setoriais, a auto-avaliação será conduzida por subcomissões constituídas pelos coordenadores das subcomissões de Unidades Acadêmicas e representantes de todos os segmentos, formando uma rede integrada em função das peculiaridades da área de conhecimento: Biomédica, Tecnológica, Educação e Social.

Em consonância com o SINAES, a Auto-Avaliação Institucional na UERJ, também, se orienta pelos princípios de globalidade, continuidade, integração e não premiação ou punição além dos citados acima..

A Avaliação Institucional é um processo global. No desempenho de suas atividades-fim, a universidade tem, na Avaliação Institucional, um instrumento de apoio, uma forma de investigar a realidade, dando a conhecer à comunidade interna e à sociedade em geral, as características de suas múltiplas faces, envolvendo tanto as atividades administrativas, quanto as acadêmicas.

A Avaliação Institucional é um processo permanente e dinâmico que deve ser renovado e aperfeiçoado. A continuidade do processo de avaliação constitui a garantia da manutenção do nível de qualidade do funcionamento das atividades e das permanentes

² MACDONALD, B. Evaluation and the control of education. In: SAFARI PROJECT & WORKSHOP CURRICULUM, 1. Innovation evaluation and the problem of control: same interim papers. Norwich: Ford Safari Project, 1974. P.9-22.

³ ELLIOT, J.LA INVESTIGACIÓN - ACCIÓN EM EDUCACIÓN. Madrid: Ediciones Morata, S.L. 1990.

reformulações que se fizerem necessárias. Uma vez criada e implementada uma sistemática de Avaliação Institucional, o processo deve ser, constantemente, revisto e melhorado.

Um dos principais papéis da Avaliação Institucional é o de integradora dos segmentos docente, discente, administrativo e gestor. Por meio das atividades da Avaliação Institucional, todos os subsistemas que compõem a universidade estarão em sintonia, visando à realização das transformações que se voltam para uma melhor atuação em sua área.

A Avaliação Institucional deve ser vista como um processo auxiliar com a função de: detectar potencialidades, assim como, falhas e dificuldades; apoiar a busca de soluções para os problemas institucionais internos e sociais; subsidiar o estabelecimento de novas metas e prioridades e a tomar decisões que promovam as transformações necessárias.

O desenvolvimento da Auto-Avaliação compreenderá diversas ações que serão distribuídas em três etapas: preparação, desenvolvimento e consolidação, conforme cronograma de trabalho da CPA.

Estão sendo realizados seminários gerais e setoriais, reuniões e debates que, além de sensibilizar a comunidade sobre a importância da Auto-Avaliação Institucional, objetivam socializar e discutir as ações planejadas.

Posteriormente à consolidação dos resultados da Auto-Avaliação, será divulgado o balanço crítico para socialização e discussão coletiva dos resultados da auto-avaliação, das tendências e das potencialidades identificadas para a UERJ, a fim de definir um plano de ação, elaborado segundo a orientação da CONAES (pré-definidos pelo INEP/MEC) contemplando as seguintes dimensões:

3.1 A missão e o plano de desenvolvimento institucional:

- Finalidades, objetivos e compromissos da IES, explicitadas em documentos oficiais;
- Concretização das práticas pedagógicas e administrativas e suas relações com os objetivos centrais da instituição, identificando resultados, dificuldades, carências, possibilidades e potencialidades.
- Características básicas do PDI e suas relações com o contexto social e econômico onde a instituição está inserida.
- Articulação entre o PDI e o Projeto Pedagógico Institucional (PPI) no que diz respeito às atividades de ensino, pesquisa, extensão, gestão acadêmica, gestão e avaliação institucional

3.2 A política para o ensino, a pesquisa, a pós-graduação, a extensão;

A. ENSINO (Graduação e Pós-Graduação)

- Concepção de currículo e organização didático-pedagógica (métodos, metodologias, planos de ensino e de aprendizagem e avaliação da aprendizagem) de acordo com os fins da instituição, as diretrizes curriculares e a inovação da área.
- Práticas pedagógicas, considerando a relação entre a transmissão de informações e a utilização de processos participativos de construção do conhecimento.
- Pertinência dos currículos (concepção e prática), tendo em vista os objetivos institucionais, as demandas sociais (científicas, econômicas e culturais.) e as necessidades individuais.
- Práticas institucionais que estimulam a melhoria do ensino, a formação docente, o apoio ao estudante, a interdisciplinaridade, as inovações didático-pedagógicas e o uso das novas tecnologias no ensino.

B. PESQUISA

- Relevância social e científica da pesquisa em relação aos objetivos institucionais, tendo como referência as publicações científicas, técnicas e artísticas, patentes, produção de teses, organização de eventos científicos, realização de intercâmbios e cooperação com outras instituições nacionais e internacionais, formação de grupos de pesquisa, política de investigação e políticas de difusão dessas produções.
- Vínculos e contribuição da pesquisa para o desenvolvimento local/regional.
- Políticas e práticas institucionais de pesquisa para a formação de pesquisadores (inclusive iniciação científica).
- Articulação da pesquisa com as demais atividades acadêmicas.
- Critérios para o desenvolvimento da pesquisa, participação dos pesquisadores em eventos acadêmicos, publicação e divulgação dos trabalhos.

C. EXTENSÃO

- Concepção de extensão e de intervenção social afirmada no PDI.
- Articulação das atividades de extensão com o ensino e a pesquisa e com as necessidades e demandas do entorno social. (Apenas para as IES que desenvolvem tal atividade acadêmica).

- Participação dos estudantes nas ações de extensão e intervenção social e o respectivo impacto em sua formação.

D. PÓS-GRADUAÇÃO (*stricto e lato sensu*)

- Políticas institucionais para criação, expansão e manutenção da pós-graduação *lato e stricto sensu*.

- Política de melhoria da qualidade da pós-graduação.

- Integração entre graduação e pós-graduação

- Formação de pesquisadores e de profissionais para o magistério superior

3.3 A Responsabilidade social da instituição;

- Transferência de conhecimento e importância social das ações universitárias e impactos das atividades científicas, técnicas e culturais, para os desenvolvimentos regional e nacional.

- Natureza das relações com o setor público, com o setor produtivo e com o mercado de trabalho bem como com instituições sociais, culturais e educativas de todos os níveis.

- Ações voltadas ao desenvolvimento da democracia, promoção da cidadania, de atenção a setores sociais excluídos e políticas de ação afirmativa.

3.4 A comunicação com a sociedade;

Estratégias, recursos e qualidade das comunicações interna e externa.

Imagem pública da instituição nos meios de comunicação social.

3.5 As políticas de pessoal, as carreiras do corpo docente e do corpo técnico-administrativo;

- Planos de carreira regulamentados para docentes e funcionários técnico-administrativos com critérios claros de admissão e de progressão.

- Programas de qualificação profissional e de melhoria da qualidade de vida de docentes e funcionários técnico-administrativos.

- Clima institucional, relações interpessoais, estrutura de poder, graus de satisfação pessoal e profissional.

3.6. Organização e gestão da instituição;

- Existência de plano de gestão e/ou plano de metas: adequação da gestão ao cumprimento dos objetivos e projetos institucionais e coerência com a estrutura organizacional oficial e real.
- Funcionamento, composição e atribuição dos órgãos colegiados.
- Uso da gestão e tomadas de decisão institucionais em relação às finalidades educativas.
- Uso da gestão estratégica para antecipar problemas e soluções.
- Modos de participação dos atores na gestão (consensual, normativa, burocrática).
- Investimento na comunicação e circulação da informação (privativa da gestão central ou fluida em todos níveis).

3.7. Infra-estrutura física;

- Adequação da infra-estrutura da instituição (salas de aula, biblioteca, laboratórios, áreas de lazer, transporte, hospitais, equipamentos de informática, rede de informações e outros) em função das atividades de ensino, pesquisa e extensão.
- Políticas institucionais de conservação, atualização, segurança e de estímulo à utilização dos meios em função dos fins.
- Utilização da infra-estrutura no desenvolvimento de práticas pedagógicas inovadoras.

3.8. Planejamento e avaliação;

- Adequação e efetividade do planejamento geral da instituição e de sua relação com o Projeto Pedagógico Institucional bem como com os projetos pedagógicos dos cursos.
- Procedimentos de avaliação e acompanhamento do planejamento institucional, especialmente das atividades educativas.

3.9. Políticas de atendimento aos estudantes;

- Políticas de acesso, seleção e permanência de estudantes (critérios utilizados, acompanhamento pedagógico, espaço de participação e de convivência) e sua relação com as políticas públicas e com o contexto social.
- Políticas de participação dos estudantes em atividades de ensino (estágios, tutoria), iniciação científica, extensão, avaliação institucional, atividades de intercâmbio estudantil.

- Mecanismos/sistemáticas de estudos e análises dos dados sobre ingressantes, evasão/abandono, tempos médios de conclusão, formaturas, relação professor-aluno e outros estudos tendo em vista a melhoria das atividades educativas.

- Acompanhamento de egressos e de criação de oportunidades de formação continuada.

- Inserção profissional dos egressos;

- Participação dos egressos na vida da IES.

3.10. Sustentabilidade financeira;

- Sustentabilidade financeira da instituição e políticas de captação e alocação de recursos.

- Políticas direcionadas à aplicação de recursos para programas de ensino, pesquisa e extensão.

Além dos documentos, habitualmente, produzidos (censo, dados do vestibular etc) e dos instrumentos desenvolvidos pelas subcomissões, serão utilizados como instrumentos para coleta geral de dados da instituição questionários compostos por questões fechadas e abertas. Serão aplicados com adesão voluntária aos discentes, aos docentes, aos coordenadores de curso, aos servidores técnico-administrativos e aos dirigentes de Unidades Acadêmicas e Administrativas. Serão contemplados os diferentes aspectos das atividades acadêmicas na universidade, como: caracterização do perfil dos sujeitos que compõem a comunidade acadêmica, qualidade das atividades de ensino, pesquisa e extensão, condições de trabalho disponíveis para docentes e técnico-administrativos, grau de satisfação com os serviços disponíveis no “campus”, acompanhamento de egressos dos cursos de graduação, dentre outros.

Os questionários para coleta de informações junto a professores, alunos, funcionários e coordenadores foram, demoradamente, discutidos com diversos setores da comunidade acadêmica. No sentido de produzir as informações adequadas à perspectiva teórico-metodológica da avaliação institucional, da qual esta reflexão pretende ser uma explicitação mais sistemática, para que a metodologia adotada seja apropriada por toda a Universidade, os questionários pautam-se pela perspectiva do Projeto Pedagógico e tratam esses atores como seus realizadores.(ver anexos)

4 - INDICADORES

Data Uerj

SINAES

5 - QUESTIONÁRIOS

Os questionários foram elaborados a partir dos blocos:

1. Informações Gerais
2. Plano Pedagógico do Curso/Atividades Acadêmicas/Atividades Administrativas
3. Atividades de Pesquisa
4. Atividades de Extensão
5. Bibliotecas
6. Condições Administrativas e de Infra-Estrutura

Tomamos o conjunto das atividades e não apenas o ensino; partimos da inserção de professores, alunos e coordenadores em suas respectivas atividades e não da observância de aspectos não articulados do processo de implementar o projeto pedagógico. A CPA/UERJ tem consciência de um conjunto de limitações que os instrumentos de coleta de informações possuem e considera que essas limitações poderão ir sendo superadas.

No Anexo 2 foi elaborado um glossário com a finalidade de facilitar a compreensão no entendimento das perguntas.

No Anexo 3 mostra uma carta de apresentação, aos três segmentos, que responderão aos questionários eletrônicos, disponíveis na Internet.

No Anexo 4 são detalhadas as siglas que constam neste documento.

Destacamos a importância do questionário a ser respondido por um maior número de pessoas para que possamos consolidar os dados levantados que farão parte dos relatórios explicitando pontos positivos e negativos da qualidade dos currículos, das disciplinas, do corpo docente, dos alunos, do corpo administrativo, e da infra-estrutura. Com esses relatórios, a Comissão Própria de Avaliação pretende obter uma descrição da situação da universidade

no tocante às condições, aos processos e aos resultados das atividades acadêmicas e administrativas.

ANEXO 2

GLOSSÁRIO

A finalidade deste anexo é esclarecer alguns termos usados que possam oferecer dificuldade na compreensão do questionário:

Ação: Uma medida que visa influenciar o curso de um projeto

Administração: Refere-se a áreas típicas das organizações como: finanças (*contabilidade, taxas, impostos, etc*), pessoal (*efetivos, contratações, direitos e deveres, etc*), patrimônio (*imóveis, máquinas, veículos, etc*), entre outras. No âmbito de projetos, o termo gerenciamento é o mais utilizado.

Área de Conhecimento: (*em gerenciamento de projetos*). Uma área identificada de gerenciamento de projetos definida por seus requisitos de conhecimentos e descrita em termos dos processos que a compõem, suas práticas, entradas, saídas, ferramentas e técnicas.

Atividade: A menor unidade de trabalho dentro de um projeto. Atividades podem ser agregadas numa tarefa.

Avaliação: Comparação do planejado com o alcançado. Para medir o grau e a qualidade de um objetivo (de um projeto por exemplo) utiliza-se indicadores, previamente estabelecidos ou posteriormente desenvolvidos. Serve, também, para obter subsídios a fim de melhorar sucessiva e sistematicamente o planejamento e a implementação de projetos e, com isso, o desempenho da organização.

Diretrizes: O conjunto de instruções, procedimentos, propósitos, normas ou indicações que deve ser considerado para se levar a termo o projeto.

Comunidade Universitária: Conjunto de professores, servidores técnico-administrativos e alunos da Universidade.

Comunidade Externa: Conjunto formado por pessoas, órgãos e instituições fora da Universidade.

Demanda: Conjunto de recursos ou necessidades que deve ser colocado à disposição para o melhor desempenho das atividades.

Função: Papel a desempenhar

Interdisciplinaridade: Interação entre duas ou mais disciplinas, buscando a composição de um objeto comum entre elas. É necessário porque, na maioria das vezes, os fenômenos científicos e tecnológicos não podem ser explicados apenas por um campo de conhecimento.

Instituição: Estrutura decorrente de necessidades sociais básicas, com caráter de relativa permanência e identificada pelo valor de seus códigos de conduta, alguns deles expressos em leis.

Meta-avaliação: Avaliação do processo de avaliação

Missão da Organização: Caracteriza a organização (*quem é ?*), a razão de ser dela (*por que existe?*), explicita a natureza do “negócio” (*o que se faz?*) e os valores orientadores (*como se trabalha?*)

Objetivo: Estado positivo ou situação futura que se pretende atingir.

Projeto Acadêmico: Envolve a pluralidade de projetos pedagógicos de ensino, pesquisa e extensão.

Projeto Pedagógico: Plano pedagógico de cada curso.

Prática Acadêmica: Envolve as ações previstas no projeto acadêmico.

Prática Pedagógica: Envolve as ações previstas no projeto pedagógico.

Processo: Conjunto de recursos e atividades inter-relacionadas que transforma entradas (*insumos, input*) em saídas (*produtos ou serviços, outputs*). Os recursos podem incluir pessoal, finanças, instalações, equipamentos, métodos e técnicas, numa seqüência de etapas ou ações sistemáticas.

ANEXO 3

Carta de apresentação dos questionários

Professor (a), Aluno(a), Servidor Técnico-Administrativo

O questionário a seguir é parte do processo de avaliação de nossa Universidade que está contando com a participação dos professores, dos funcionários técnico-administrativos e dos alunos.

Você deve responder a todas as questões, emitindo sua opinião sincera. Os questionários não podem ser identificados. Apenas saberemos a Unidade Acadêmica à qual o respondente pertence.

Para o preenchimento será solicitado que você aponte sua matrícula para que possamos colocar um contador no programa que contém o questionário eletrônico. Esta rotina apenas fará o filtro de confiabilidade para evitar que pessoas não pertencentes aos três segmentos da Universidade possam preencher algum questionário provocando informações falsas. Suas respostas serão protegidas por sigilo. Quaisquer informações sobre este procedimento pode ser verificado junto à DINFO.

As perguntas que demandam uma nota devem ser respondidas levando-se em conta os seguintes conceitos: 1 - péssimo; 2 - ruim; 3 - regular; 4 - bom; 5 - ótimo.

A sua participação, contribuirá para que todos nós possamos identificar os aspectos críticos de nossa UERJ que precisam ser modificados e os aspectos positivos que devem ser mantidos ou aperfeiçoados.

Precisamos conhecer melhor a UERJ que temos, para alcançarmos a UERJ que desejamos.

**COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO DA UERJ
(CPA UERJ)**

ANEXO 4

TABELA DE SIGLAS:

ASDUERJ - Associação dos Docentes da UERJ

CLT - Consolidação das Leis Trabalhistas

CNPq - Conselho Nacional de Pesquisa

CSEPE - Conselho Superior de Ensino Pesquisa e Extensão

DCE - Diretório Central dos Estudantes

DESSAUDE - Departamento de Segurança e Saúde no Trabalho

INVEST UERJ - Centro Supletivo de Ensino Fundamental e Ensino Médio

HUPE - Hospital Universitário Pedro Ernesto

PROCAD – Programa de Capacitação Docente

PROCASE - Programa de Capacitação de Servidores

SIDES - Sistema de Desembolso

SRH - Superintendência de Recursos Humanos

QUESTIONÁRIO DE INFORMAÇÕES SOCIOCULTURAIS

As informações solicitadas destinam-se, exclusivamente, à pesquisa de aspectos sócio-culturais e não influirão, de maneira alguma, em sua avaliação neste Vestibular. Nessa pesquisa, não haverá interesse na identificação de casos individuais; os dados obtidos serão tratados estatisticamente.

Responda ao questionário, utilizando caneta preta e assinalando a letra que corresponde à sua resposta no formulário que se encontra impresso no verso do Requerimento de Inscrição. Agradecemos a sua colaboração.

01. Você mudou de colégio na última série do ensino médio com o objetivo de preparar-se melhor para o vestibular?

- A-não
- B-sim

02. Você cursou o ensino médio, em sua maior parte, em que turno?

- A-diurno
- B-noturno

03. Você foi reprovado em alguma série do ensino médio?

- A-não
- B-sim

04. Você frequenta ou frequentou algum curso pré-vestibular para o concurso deste ano?

- A-não
- B-sim

05. Você já fez algum exame vestibular anteriormente? Quantos?

- A-não
- B-sim, um
- C-sim, mais de um

06. Você já foi reprovado em algum exame vestibular?

- A-não
- B-sim, um
- C-sim, mais de um

07. Você utilizou os programas e/ou as provas de vestibulares anteriores da UERJ para orientar seus estudos este ano?

- A-não
- B-sim

08. Como você avalia a qualidade do ensino da instituição para a qual você pretende se inscrever?

- A-regular
- B-bom
- C-muito bom

09. Você considerou importante o fator qualidade do ensino ao optar pela instituição para a qual pretende se inscrever?

- A-não
- B-sim

10. Você considerou importante a gratuidade do ensino ao optar pelo Vestibular Estadual?

- A-não
- B-sim

11. Em sua opinião, a localização da instituição para a qual você pretende se inscrever é um fator:

- A-negativo
- B-positivo

12. Em sua opinião, o horário das aulas da instituição para a qual você pretende se inscrever é um fator:

- A-negativo
- B-positivo

13. A escolha da carreira para a qual você pretende se inscrever está sendo influenciada por sua família, amigos, professores ou orientadores?

- A-não
- B-sim

14. A escolha da carreira para a qual você pretende se inscrever está sendo influenciada pela maior possibilidade ou certeza de obtenção de emprego?

- A-não
- B-sim

15. A escolha da carreira para a qual você pretende se inscrever está sendo influenciada pelo fato de os profissionais desta carreira receberem um salário médio de valor mais alto do que o de profissionais de outras carreiras?

- A-não
- B-sim

16. Você já concluiu algum curso superior?

- A-não
- B-sim

17. Você já iniciou algum curso superior e não concluiu por ter sido reprovado?

- A-não
- B-sim

18. Você já iniciou algum curso superior e não o concluiu por falta de condições financeiras para pagar as mensalidades?

- A-não
- B-sim

19. Você já iniciou algum curso superior e não o concluiu por desinteresse ou por achar que não era o que queria?

- A-não
- B-sim

20. Usualmente, qual a sua principal fonte de renda?

- A-emprego regular
- B-trabalho autônomo ou por conta própria
- C-rendimentos de capital ou pensões
- D-mesada, mesmo que não fixa ou constante
- E-não tenho renda

21. Sua atividade profissional atual tem relação com a carreira que você pretende escolher?

- A-não
- B-sim
- C-não trabalho

22. Com que idade você começou a trabalhar?

- A-antes de 14 anos
- B-entre 14 e 18 anos
- C-após 18 anos
- D-nunca trabalhei

23. Qual o nível de escolaridade de seu pai?

- A-ensino fundamental
- B-ensino médio
- C-ensino superior
- D-nenhum
- E-não sei

24. Qual o nível de escolaridade de sua mãe?

- A-ensino fundamental
- B-ensino médio
- C-ensino superior
- D-nenhum
- E-não sei

25. Como você definiria a sua cor?

- A-branca
- B-negra
- C-parda
- D-amarela
- E-indígena

26. Com quem você mora?

- A-pais, pai ou mãe
- B-parentes
- C-cônjuge, com ou sem filhos
- D-amigos
- E-sozinho

27. Você contribui financeiramente para a renda de sua família?

- A-não
- B-sim, permanentemente
- C-sim, eventualmente

28. Qual a renda mensal de sua família? Para responder, some os salários ou rendimentos brutos dos membros de sua família que trabalhem e que estejam morando em sua casa.

- A-até 3 salários mínimos
- B-mais de 3 até 5 salários mínimos
- C-mais de 5 até 10 salários mínimos
- D-mais de 10 até 20 salários mínimos
- E-mais de 20 até 30 salários mínimos
- F-mais de 30 salários mínimos

29. Quantas pessoas da sua família vivem da renda mensal citada?

- A-uma
- B-duas
- C-três
- D-quatro
- E -cinco ou seis
- F -sete ou mais

30. Qual a situação legal da casa em que você mora?

- A-própria
- B-alugada
- C-outras (imóvel cedido, usufruto, ocupação ou assemelhados)
- D-hotel, pensão, quarto, república ou assemelhados
- E-não sei

31. Quantos quartos e salas, somados, tem a casa em que você mora? Incluir dependências de empregados na resposta.

- A-1 ou 2
- B-3 ou 4
- C-5 ou 6
- D-7 ou mais
- E-moro em hotel, pensão, quarto, república ou assemelhados

32. Quantos veículos (carros e motos) tem sua família?

- A-um
- B-dois
- C-mais de dois
- D-nenhum

33. Você sabe usar um computador, mesmo de forma elementar?

- A-não
- B-sim

34. Você tem computador em casa?

- A-não
- B-sim

35. O computador de sua casa está equipado com CD-Rom?

- A-não
- B-sim
- C-não tenho computador em casa

36. O computador de sua casa está ligado à INTERNET?

- A-não
- B-sim
- C-não tenho computador em casa

37. Você tem endereço eletrônico (e-mail)?

- A-não
- B-sim

38. Quantos livros, aproximadamente, há em sua casa, sem contar os livros didáticos?

- A-até 10
- B-entre 10 e 50
- C-entre 50 e 100
- D-entre 100 e 500
- E-mais de 500
- F-não sei

39. Quantos livros, em média, você lê por ano, excetuando-se os livros didáticos?

- A-nenhum
- B-entre 1 e 5
- C-entre 6 e 10
- D-mais de 10

40. Você lê jornais, habitualmente?

- A-não
- B-sim

41. Você vê telejornais, habitualmente?

- A-não
- B-sim

42. Você faz, habitualmente, algum tipo de atividade física?

- A-não
- B-sim

43. Você desenvolve, habitualmente, algum tipo de atividade artística?

- A-não
- B-sim

44. Você está fazendo ou já fez algum curso livre de língua estrangeira por, pelo menos, um semestre?

- A-não
- B-sim

45. Em sua opinião, a reserva de 50% das vagas das universidades estaduais do Rio de Janeiro para alunos da rede pública de ensino é um fato:

- A - negativo
- B - positivo

46. Em sua opinião, a reserva de 40% das vagas das universidades estaduais do Rio de Janeiro para alunos negros e pardos é um fato:

- A - negativo
- B - positivo

47. Em sua opinião, a reserva de 10% das vagas das universidades estaduais do Rio de Janeiro para alunos portadores de deficiência é um fato:

- A - negativo
- B - positivo

)

REGULAMENTO DA COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO DA UERJ

CAPITULO I DA FORMA DE COMPOSIÇÃO DA CPA/UERJ E DO MANDATO DE SEUS MEMBROS

Art. 1º A Comissão Própria de Avaliação da UERJ funciona em Plenário e é constituída por 12 membros titulares e 12 suplentes, nomeados pelo Reitor, para um mandato de dois anos, permitida a recondução por igual período.

Art. 2º A Comissão Própria de Avaliação da UERJ é constituída da seguinte forma:

- I – Quatro representantes docentes e quatro suplentes;
- II – Um representante da Administração Central e um suplente;
- III – Três representantes dos servidores técnico-administrativos e três suplentes;
- IV – Três representantes dos discentes e três suplentes;
- V – Dois representantes da sociedade civil organizada.

CAPITULO II DAS ATRIBUIÇÕES DA COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO DA UERJ

Art. 3º São atribuições da Comissão Própria de Avaliação da UERJ:

- I – Coordenar os processos internos de avaliação da UERJ, de sistematização e de prestação das informações solicitadas pelo INEP;
- II – Implantar os requisitos e os procedimentos mínimos para o processo de auto-avaliação na UERJ;
- III – Observar os prazos estabelecidos nas orientações do INEP, para a realização da auto-avaliação dos cursos superiores existentes na UERJ;

CAPITULO III DO MODO DE FUNCIONAMENTO DO PLENÁRIO

Art. 4º A Comissão Própria de Avaliação da UERJ funcionará em sessões plenárias mensais, agendadas previamente como reuniões ordinárias, podendo reunir-se extraordinariamente quando convocada por iniciativa do Presidente da Comissão Própria de Avaliação da UERJ ou de, pelo menos dez dos membros da Comissão Própria de Avaliação da UERJ, que em abaixo assinado o solicitem, com apresentação da ordem de trabalhos.

Art. 5º A presidência das sessões plenárias será assumida pelo Presidente da Comissão

Própria de Avaliação da UERJ, que organizará a Mesa de cada reunião de acordo com as necessidades de apoio que achar conveniente ao bom andamento dos trabalhos.

CAPITULO IV DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 6º A Comissão Própria de Avaliação da UERJ, uma vez instalada e reunida em plenário, deverá criar seu Regimento Interno com o cronograma de aplicação dos procedimentos de auto-avaliação dos Cursos de Educação Superior da UERJ, observando-se os prazos sugeridos pelo INEP.

Art. 7º Os casos omissos neste regulamento deverão ser levados ao plenário da Comissão Própria de Avaliação da UERJ, para que sejam julgados e citados os encaminhamentos aprovados.

Art. 8º Este regulamento entra em vigor na data de sua aprovação no plenário do CSEPE - Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão.

ANEXO 1 - PLANEJAMENTO DE ATIVIDADES E CRONOGRAMA

FASES	ITENS	DESCRIÇÃO	RESPONSÁVEL	PERIODO
PREPARAÇÃO	1.a	Construção da CPA	Reitoria CPA Unidades Acadêmicas Subcomissões	
	1.b	Elaboração do Pré-Projeto de Auto-Avaliação Institucional		
	1.c	Constituição das subcomissões		
	1.d	Relato e análise de experiências anteriores de avaliação desenvolvidas na Universidade		
	2	Consolidação do material coletado	CPA/UERJ e Subcomissões	
	3.a	Instalação de sítio da CPA/UERJ na <i>Home-Page</i> da UERJ	COMUNS	
	3.b	Elaboração dos Instrumentos de auto-avaliação: formulários para levantamento de dados	CPA	
	4	Período de sensibilização com a participação de todas as Unidades e Centros Setoriais, realização de seminários e palestras elucidativas com relatos de experiências nacionais e internacionais, se possível com participação de técnicos do INEP.	CPA/UERJ	
5	Seminário de sensibilização com todos os órgãos da Administração Central	CPA/UERJ		
6	Divulgação dos resultados dos seminários na Internet	COMUNS		
7	Acompanhamento da elaboração do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI)	REITORIA / SR-1 / SR-2 / SR3/DIPLAN		
8.a	Elaboração do Projeto de Auto-Avaliação Institucional	CPA/UERJ/Subcomissões		
DESENVOLVIMENTO	8.b	Consulta pública aos Instrumentos de levantamento de dados	CPA/UERJ/Subcomissões	
	9	Desenvolvimento de formulários eletrônicos	DINFO/NIESC - VR	
	10	Desenvolvimento de bases de dados	DINFO/NIESC - VR	
	11	Acompanhamento de desenvolvimento e testes dos sistemas	DINFO/NIESC - VR	
	12.a	Aplicação dos instrumentos: { questionários { outros instrumentos	CPA	
	12.b	Processamento dos dados levantados e categorização das informações	Subcomissões	

CONSOLIDAÇÃO	13	Consolidação e Tabulação	DINFO/NIESC - VR	
	14	Consolidação das contribuições das Unidades Acadêmicas e órgãos da Administração Central	CPA/UERJ/Subcomissões	
	15	Seminário de análise do processo de auto-avaliação	CPA/UERJ/Subcomissões	
	16	16. Divulgação dos resultados do seminário no Internet	COMUNS	
	17	Redação do Relatório da auto-avaliação	CPA/UERJ	
	18	Produção Gráfica do Relatório (Papel/CD/Internet) e gravação de CDs	CPA/UERJ/Subcomissões	
	19	Duplicação/Encadernação	COMUNS	
	20	Envio do Relatório para o INEP	CPA/UERJ/DINFO/ NIESC-VR	
	21	Seminário de divulgação do Relatório da auto-avaliação	DIGRAF	
	22	Divulgação dos resultados do seminário na Internet	CPA/UERJ/REITORIA	
	23	Seminários de devolução de dados - Docentes	CPA	
	24	Seminários de devolução de dados - Discentes	CPA	
	25	Seminários de devolução de dados - Téc. Administrativos	CPA	
	26	Preparo da Publicação	CPA	
27	Disseminação da Publicação	CPA		
REPLANEJAMENTO	28	Meta-avaliação		

